

**ARTE-EDUCAÇÃO EM ESPAÇOS NÃO ESCOLARES:
A formação e a atuação dos Arte-educadores**

RESUMO: O presente artigo refere-se aos resultados e apontamentos de pesquisa desenvolvida no âmbito da Iniciação Científica, vinculada ao curso de Licenciatura em Artes Plásticas (Educação Artística) oferecido pela Escola Guignard/UEMG. Refere-se a uma investigação que congrega o objetivo de pensar a prática docente e a formação de Arte-educadores atuantes em espaços não escolares, na cidade de Belo Horizonte. Para tal, foi desenvolvido um trabalho quantitativo e qualitativo pautado em mapeamento de instituições, seguido de visitas e entrevistas semiestruturadas direcionadas aos Arte-educadores. Registra-se um grande número de espaços com resultados positivos, no que se refere ao ensino-aprendizagem de Arte. Entretanto, não são raras as queixas em relação à falta de profissionais, bem como falta de capacitação docente, no que respeita ao cotidiano desses espaços. Tal fato, muitas vezes, implica em trabalhos de puro entretenimento desenvolvidos sob a chancela da Arte-educação. Essa constatação sugere atentar para a necessidade de se destacar esse campo de atuação ao longo da formação acadêmica do Arte-educador universitário.

Palavras-chave: Arte-educador; Formação; Espaços não escolares

ABSTRACT: This article refers to the results and notes from research developed in the scope of the Scientific Initiation, linked to the Bachelor's Degree in Fine Arts (Art Education) offered by Guignard School (UEMG). Refers to an investigation that assemble the goal of thinking about teaching practice and the degree of active art educators in not school spaces, in the city of Belo Horizonte. Therefore, was developed a quantitative and qualitative work based on a mapping of institutions, followed by visits and semi-structured interviews directed to art-educators. Are registered, a large number of spaces with positive results, regarding the teaching and learning of the art. However, are not rare the complaints about the lack of professionals and the lack of teacher training, regarding to the daily lives of these spaces. This fact often involves works of pure entertainment, developed under the approvals of the Art education. This testifying, suggests that attention should be paid to the need to highlight this field of acting throughout the academic training of the university art educator.

Keywords: Art educator; Degree; Not school spaces

**ARTE-EDUCAÇÃO EM ESPAÇOS NÃO ESCOLARES:
A formação e a atuação dos Arte-educadores**

Libéria Rodrigues Nevesⁱ

Bianca Xavier Lemesⁱⁱ

Nathália Elisa Bruno de Camposⁱⁱⁱ

INTRODUÇÃO

Pode-se dizer que a educação surge à medida que se institui a cultura — um todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, leis, moral, costumes e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro da sociedade. Surge como fenômeno que integra uma totalidade cultural, traduzindo-se como ato de ensinar e aprender, que garante as condições de coesão, de renovação e da própria sobrevivência da sociedade. A educação, portanto, objetiva capacitar para se viver em grupo e comunicar-se. Nessa concepção, encontra-se difusa, em todos os mundos sociais, entre as incontáveis práticas do compreender, do apreender e do aprender. No que se refere a nossa cultura, escolarizada, pode-se conceber a educação como vivenciada em dois “espaços”: o escolar (formal) e o não escolar (não formal). Podendo, este último, ser pensado a partir de duas instâncias, com distinções e delimitações preservadas por linhas tênues que as distinguem e as entrelaçam: a instância informal e a da educação social.

A educação informal seria aquela que abrange todas as possibilidades educativas, no decurso da vida do indivíduo construindo um processo permanente e não organizado (Afonso, 1992: 86). Podendo ser representada de modo principal, mas não exclusivo, pelos processos educativos cotidianos ocorridos no seio da família, bem como no meio social difuso ou organizado (igrejas, espaços de lazer e cultura, movimentos sociais) e nos meios de comunicação em massa.

De acordo com Neves (2008), a instância formal (escolar) e a não formal (educação social) comungam o atributo da organização e sistematização e, conseqüentemente, o caráter metódico. A educação formal, portanto, ocorrendo no seio dos estabelecimentos escolares, requer tempo, aprendizagem de conteúdos, habilidades e competências específicas, resultados e avaliações regulados por normas decorrentes da administração competente, visando à obtenção de graus e títulos.

A educação social, por sua vez, conta com objetivos explícitos de aprendizagem ou formação. Entretanto, ela se realiza fora do marco institucional da escola, rompendo com muitas das determinações que caracterizam esta última. Portanto, com escasso limite legal e burocrático, favorecendo maior capacidade de adaptação a mudanças de forma possivelmente mais hábil,

flexível, versátil e dinâmica que na instância formal. Desse modo, nomeando-se esse campo educativo como espaços educacionais não escolares.

As ações são realizadas (Neves, 2010) por meio de recursos oriundos da cultura e do lazer: cultura popular, tradição, esporte, jogos e brincadeiras, prática artística, natureza e até mesmo conteúdos científicos, organizados em espaços específicos, constituindo metodologias próprias e mutáveis. Utiliza-se de conteúdos e recursos criados e recriados ao longo dos processos, agregando-se variados objetivos no ato de educar, podendo informar, provocar emoções, levar os educandos a imaginar ou levá-los a criar algo novo em qualquer campo das ciências, das artes ou do domínio do corpo. Atualmente, localiza-se nas práticas de mediação em museus e galerias e, em maior volume, no seio dos projetos sociais geridos por ações governamentais, não governamentais e pela parceria entre ambos.

Apesar do surgimento dessas últimas situar-se nas décadas de 60 e 70, foi nos anos 80-90 (em função de um conjunto de fatores políticos, econômicos e sociais) que a educação social ganhou maior relevância no Brasil. Verifica-se a participação, cada vez mais sistemática, das crianças e jovens em atividades realizadas em espaços educacionais não escolares, o que vem demandando estudo e sistematização dos processos educativos desenvolvidos em tais ambiências, bem como a ampliação da noção de espaço educacional.

O crescimento da demanda de atuação, bem como do número de profissionais atuantes nessas práticas, clama por estudos e produções teóricas capazes de orientar as ações, cada vez mais organizadas institucionalmente.

Talvez se possa pensar que a ampliação dessas ações resida, também, nas demandas de mudança e transformação impostas à escola pelo mundo contemporâneo. O desenvolvimento tecnológico, o acesso ao conhecimento, a velocidade dos meios de comunicação imprimem a necessidade de redefinição das necessidades básicas da aprendizagem, abrangendo conteúdos teóricos e práticos que ampliam o campo da educação para outras dimensões além da escola. Bem como a reflexão acerca dos tempos e espaços, além da organização curricular em prol de uma educação talvez menos teórica e mais prática, essencialmente coletiva e de caráter interdisciplinar.

A natureza da educação social, caracterizada por um tempo distinto do da escola, pela flexibilidade, pela relativização de resultados, entre outros fatores, permite maior aproximação das peculiaridades dos educandos, bem como a construção de atividades capazes de oferecer oportunidade para que estes elaborem algumas de suas questões ao longo do próprio fazer, durante o processo educativo.

Muitos desses espaços organizam suas atividades em torno do fazer e fruir Arte. Os quais vêm registrando resultados positivos tanto no que se refere ao desenvolvimento de competências e habilidade, quanto ao convívio social e à relação com os elementos da cultura (laço social).

As Artes, entendidas como processos de representação simbólica para comunicação do pensamento e dos sentimentos humanos, representam enorme valor e significam grande importância na formação do educando. Para Badiou (1994), a Arte é aquilo que faz com que o objeto do desejo, não simbolizável, advenha no próprio cúmulo de uma simbolização. A obra de arte faria desvanecer, em sua forma, a cintilação indizível do objeto perdido. É assim que ela prende inevitavelmente o olhar e o ouvido daquele que a ela se expõe. A obra de arte provocaria uma transferência porque exhibe um objeto que é causa de desejo.

Segundo Grotowski (1992:), ao fazermos Arte, realizamos o ato estético. E nessa aventura, seja como atores ou como espectadores, ampliamos nossa visão sobre o mundo e nos treinamos na percepção de nossa própria individualidade. Ao desenvolver a dimensão poética, a Arte ensina que é possível transformar continuamente a existência, trazendo ao mesmo tempo a força e a flexibilização necessária para a proposição de novos caminhos.

Desse modo, o fazer/fruir Arte pode ser pensado como um modo de conhecer e dar sentido ao mundo, bem como um modo de produzir subjetividades. Sua relevância se confirma a partir de sua presença em espaços educacionais ao longo da história brasileira.

Entretanto, não são raras as queixas em relação à falta de profissionais, bem como falta de capacitação docente no que concerne ao cotidiano desses espaços não escolares; o que muitas vezes implica em trabalhos de puro entretenimento orientados sob a chancela da Arte-educação. A ampliação desses espaços vem criando a demanda de profissionais; muitas vezes suprida por educadores sem nenhuma experiência estética ou mesmo docente. Talvez deva-se pensar na necessidade de criação de espaços de formação para esses profissionais; ou mesmo deva-se destacar esse campo de atuação ao longo da formação acadêmica do Arte-educador que passa pelos centros universitários.

Partindo-se dessas questões, foi constituído um grupo de pesquisadoras que se mobilizou para a investigação¹ e discussão visando pensar a prática docente e a formação de Arte-educadores atuantes em espaços educacionais não escolares.

PESQUISA: ARTE-EDUCAÇÃO EM ESPAÇOS NÃO ESCOLARES

¹ Tal investigação foi possível a partir dos recursos da FAPEMIG por meio da concessão de duas bolsas de iniciação científica aos então alunos do curso de Educação Artística (Licenciatura em Artes Plásticas) da Escola Guignard/UEMG, entre o período de fevereiro/2012 a março/2013.

Essa pesquisa partiu do interesse e da necessidade de se levantar: qual a formação do educador que, de modo geral, assume os processos de ensino-aprendizagem de Arte nos espaços não escolares? Quais as características dos trabalhos de Arte-educação desenvolvidos nesses espaços? E em que medida se faz necessário pensar aspectos específicos na formação do Arte-educador que atua na educação social? Qual a possível interlocução entre os conhecimentos produzidos na universidade e a prática docente em Arte desenvolvida nesses espaços?

Diante disso, buscou-se levantar esse panorama dentro dos limites geográficos de Belo Horizonte, contemplando-se as nove regionais administrativas do município. A saber: Leste, Centro-Sul, Oeste, Norte, Nordeste, Noroeste, Barreiro, Pampulha e Venda Nova.

Os espaços foram elencados a partir de alguns critérios: constituírem-se em obras/projetos sociais que atendessem crianças, jovens ou adultos fora de seus horários escolares para execução de suas atividades; que não fossem especializados num público em particular (pessoas com deficiências, portadores de sofrimento mental, entre outros); espaços fomentados por parceria com o poder público, empresas, pessoas físicas ou jurídicas.

Após o levantamento e contato com as instituições, realizaram-se visitas seguidas de entrevistas semiestruturadas² direcionadas aos Arte-educadores, *in loco*; acompanhando, quando possível e permitido, as oficinas-aulas que o educador ministrava naquele momento. Objetivou-se coletar informações sobre a trajetória, formação acadêmica ou prática, metodologia de ensino vinculados ao ensino de artes plásticas à comunidade em instituições não escolares.

Iniciou-se uma busca que culminou no número de vinte e quatro instituições pertencentes às nove regionais de Belo Horizonte. Embasando-se nas condições anteriormente citadas para eleição dos espaços a serem visitados, e por motivos diversos - tais como estabelecimentos desativados, com suspensão de oficinas de Artes Plásticas no momento, impossibilidade de contato telefônico e via e-mail, com atividades que não eram gratuitas, com especialidade em atendimento às pessoas portadoras de deficiência, saúde mental, etc. - chegou-se ao número de treze³ instituições. Dentre elas, uma não oferecia o trabalho gratuitamente; entretanto, em função das características do trabalho anunciadas se assimilarem às que permeiam as demais instituições, optou-se por incluí-la na pesquisa.

² Partiu-se de algumas perguntas padrão: Em que consiste a oficina; O horário, frequência semanal, duração e público alvo da oficina; quais as intenções e objetivos na oficina; como é planejada a oficina, de onde partem as propostas e onde o educador aprendeu o que faz (ensinar arte); qual a formação e sua história/trajetória; quais são os limites e possibilidades, desafios, dificuldades e conquistas em seu trabalho.

³ Os relatos detalhados das visitas e entrevistas encontram-se em banco de dados sob a posse da orientadora da pesquisa; não cabendo no espaço desse artigo a descrição referente a cada instituição.

Detectou-se um grande número de espaços que ofertavam Artes nos segmentos dança, música e teatro. E uma minoria de espaços que ofertavam à comunidade o ensino específico das Artes Plásticas, sob a justificativa de muitas vezes haver falta de profissionais para atender a demanda. De acordo com Livia (2008:122), quando as agências financiadoras investem em um espaço, desejam empregar seus recursos em atividades que gerem apresentações públicas em um curto espaço de tempo. Por isso se justifica a maior facilidade em receber apoio financeiro e a preferência por atividades que envolvem bandas, dança, teatro ou circo. Acrescenta-se com Carvalho (2008, p.122):

“São atividades que, ao cabo de poucos meses, podem dar origem a um produto que poderá ser levado a público, apreciado e divulgado. Diante de um ‘espetáculo’, a comunicação com o público é mais imediata, há uma interação social maior. Diferentemente, as artes visuais são meios de expressão realizados, na maioria das vezes, individualmente, e a comunicação com o público é mais subjetiva, sutil e menos imediata. Além desses fatores, resultados com a qualidade estética a ser exibida publicamente tardam mais a aparecer, e via de regra, não tem o mesmo impacto televisivo que as bandas, os grupos de dança ou teatro. Aparecer na mídia apoiando um projeto para meninos ou meninas pobres tornou-se uma estratégia de marketing para determinadas empresas. Quem apoia projetos de caráter social aparece bem no mercado, recebe aprovação da sociedade; significa que essa empresa, pessoa física ou jurídica, está cumprindo com sua responsabilidade social e é positivo para imagem da empresa”.

Cabe ainda ressaltar que parece haver uma dificuldade em encontrar profissionais qualificados para tal função. Estes, na maioria das vezes, encontram-se nas instituições escolares (sobretudo na rede privada de ensino) e em instituições geralmente geridas pelo poder público, as quais, na maioria das vezes, apresentam melhores estruturas de trabalho. Percebeu-se um grande número de instituições com esse perfil, dotadas de certa estrutura capaz de oferecer suporte ao educador desde o fornecimento de material até a construção didática e metodológica do trabalho.

Percebeu-se uma visível diminuição das organizações não governamentais em Belo Horizonte, no setor de Arte-educação, em comparação com à última década. As que persistem, muitas vezes estão desenvolvendo trabalhos em parceria com o poder público junto aos programas de escola de tempo integral.

Encontraram-se algumas instituições que se denominavam Projetos-Espaços-Obras Sociais, as quais se originavam da mobilização de comunidades locais ou de iniciativas de grupos religiosos. Na maior parte destas, registrou-se o ensino das Artes Plásticas como linguagem e como meio de renda para os alunos frequentadores das oficinas. Tais instituições atualmente vêm obtendo apoio do poder público e privado a fim de garantir os recursos para seu funcionamento.

Percebeu-se de modo frequente o enfoque no Artesanato como oficina de Artes Plásticas com fins de gerar renda familiar aos alunos. Neste caso vê-se o uso da “educação para resolver a pobreza”. Gohn (2010) se refere a esses trabalhos como relacionados aos objetivos de desenvolvimento de novos valores, recuperação de autoestima, desenvolvimento de práticas apresentadas como solidárias, cidadãs, etc. “Grupos de educadores trabalhando com comunidades com características socioeconômicas e territoriais de pobreza; no intuito de se auxiliar/suprir condições estruturais que aqueles indivíduos não possuem” (pag.27).

Deparou-se com a escassez de materiais para as oficinas, o que levava os educadores a racionarem ao máximo e programarem atividades com materiais reaproveitáveis-recicláveis trazidos por eles mesmos, pelos alunos, por doação da comunidade e parcerias. Embora a falta de recursos materiais para o trabalho seja um problema geral nesse setor, nos espaços organizados pela sociedade civil, esse problema pareceu ser mais persistente.

Apesar dessa dificuldade, percebeu-se, a partir dos depoimentos dos educadores entrevistados, um retorno muito positivo, por parte dos alunos, em relação ao ensino das Artes dentro destes espaços. Destacou-se ganhos no campo da cognição e das relações sociais, descritos pelos educadores, gestores dos espaços, escolas, familiares dos educandos e comunidade. Tais como melhora na atenção, comunicação, organização e convivência.

Pouco se ouviu em relação ao desenvolvimento artístico conquistado pelos participantes das oficinas de Arte. Esse não pareceu ser objetivo principal em nenhuma instituição; mas parece estar mais presente nos espaços onde o educador responsável pelas atividades apresenta um percurso prático ou de formação em Arte.

DADOS COLETADOS

A partir desta pesquisa, buscou-se apurar a formação e a atuação do educador que assume o ensino-aprendizagem de Artes em espaços organizados fora do marco da escola. Em muitos desses espaços, encontrou-se educadores que não contavam com uma formação acadêmica em Arte – em alguns casos, o educador não contava com nenhum tipo de formação acadêmica, embora apresentasse um percurso artístico prático; e, em outros, a formação acadêmica residia em outra área de conhecimento, sem nenhum percurso artístico prática.

O que de modo geral orientava esses profissionais na organização de suas aulas/oficinas eram seus próprios recursos e esforços para conhecer o que se pretendia ensinar; ou a orientação de

um coordenador responsável pela elaboração das propostas oferecidas pela instituição. Propostas estas muito variadas; muitas vezes apenas com caráter lúdico, de entretenimento, de geração de renda, explorando-se materiais recicláveis e reaproveitáveis, na maior parte das vezes, por falta de materiais mais específicos da área das Artes plásticas/visuais.

A seguir serão apresentados dois quadros com o objetivo de demonstrar um panorama resumido a partir da coleta de dados realizada nas visitas e entrevistas com educadores e gestores das instituições.

INSTITUIÇÃO	PÚBLICO ALVO	ATIVIDADES	FOMENTO	OFICINA DE ARTES	OBJETIVOS	FORMAÇÃO	TRABALHO
CENTRO CULTURAL	Comunidade em geral	Cursos de capacitação; eventos culturais, oficinas de arte, debates, seminários, palestras, semanas temáticas, leitura	Poder Público	Estamparia; 36hs durante uma vez por semana para pessoas maiores de 17 anos	Desenvolvimento artístico e cultural da comunidade	Arquitetura; mestrando em Filosofia; percurso artístico pessoal e em cursos livres	Projeto autoral; coordenação do programa Arena da Cultura
CENTRO CULTURAL	Comunidade em geral	Dança de salão, trabalhos manuais, capoeira, dança de rua, yoga, teatro, <i>liang gong</i> , artes plásticas, leitura	Poder Público	Releitura de obras. Crianças entre 7 e 12 anos. Oficina regular e permanente 2 vezes por semana	Desenvolvimento artístico e cultural da comunidade	Graduação em Artes Visuais com especialização em História da Pintura e da Arte	Experiência pessoal em escola regular; coordenação do programa Arena da Cultura
CENTRO CULTURAL	Comunidade em geral	Artes plásticas em parceria com programa não governamental; Hip Hop	Poder Público; parceria com projetos e programas	Oficina contínua de desenho. Uma vez por semana com 2hs de duração.	Promover o encontro do sujeito com a cidade, diálogos e respeito para com o patrimônio público	Artista, jornalista aposentado; curso incompleto de Artes Plásticas na Escola Guignard.	Própria organização
CENTRO CULTURAL	Comunidade em geral	Atividades diversas nos espaços: biblioteca, auditório, anfiteatro com camarim	Poder Público	Arte de Tecer 1 vez por semana durante 2 hs	Formação artística e de cidadania; fortalecimento de entidades locais; intercâmbio entre grupos culturais	Graduação em Artes Visuais; Mestrado em Arte da Fibrá	Projeto autoral; coordenação do programa Arena da Cultura
CASA DE ARTE E CULTURA	Crianças entre 3 e 6 anos	Educação musical; Teatro/expressão corporal cênica; Artes Plásticas; Trabalhos manuais; Culinária; Oficinas Pedagógicas	Pagamento de mensalidades pelos alunos	Artes plásticas com turmas de até 12 crianças entre 3 e 6 anos, 2 vezes por semana.	Ampliação do universo artístico infantil	Licenciando em Artes Plásticas	Pedagogia de Projetos

QUADRO 1: Resumo dos dados coletados nas instituições visitadas.

INSTITUIÇÃO	PÚBLICO ALVO	ATIVIDADES	FOMENTO	OFICINA DE ARTES	OBJETIVOS	FORMAÇÃO	TRABALHO
Obra Social organizada por instituição religiosa	Crianças e jovens carentes entre 6 e 12 anos	Reforço escolar; informática; Oficinas de Arte	Parceria com setor privado e doações	Dobradura em papel; 12 participantes, 1h40min, 3 vezes na semana	Geração de renda	Ensino médio; Autodidata em Artes	Orientação da instituição; intuição, pesquisa e criatividade própria.
ONG	Crianças e jovens carentes entre 9 e 14 anos	Esporte; cultura; educação	Parceria com os setores público e privado; programas nacionais de doação	Grafite, pintura e desenho; 15 participantes 2 vezes por semana por 6 meses	Transformação do sujeito; socialização e construção de valores; temas de campanhas sociais	Artista de rua; movimento hip hop; Pedagogo	Projeto próprio aprovado pela instituição
ONG	Jovens	Vídeo; cerâmica; inclusão digital; música	Parcerias, Leis de Incentivo, Ponto de Cultura	Cerâmica 2 vezes por semana durante um ano	Capacitação e formação integral de jovens multiplicadores	Ex-aluno do projeto; licenciando em Artes Plásticas.	Experiência pessoal e orientação da coordenação
ONG	Jovens entre 16 e 24 anos	Comunicação arte; tecnologia	Leis de Incentivo; parceria com outros programas	Audiovisual	Mobilização e Incentivo à produção cultural juvenil	Graduado em comunicação	Projeto institucional, coordenação do programa parceiro
ONG	Crianças e jovens	Dança, circo, música, artes visuais, educação infantil, esporte, informática, capacitação.	Captação de recursos no setor privado; parceria com poder público	Artes visuais com jovens. 1h de oficina 2 vezes por semana.	Cidadania, capacitação, desenvolvimento o pessoal e fomento de multiplicadores	Oficineira autodidata com Ensino Médio completo	Experiências anteriores como oficina, pesquisa em livros, revistas e internet.
ONG	Crianças e jovens carentes entre 2 e 14 anos	Reforço escolar, capoeira, informática, música, artes.	Parceria com poder público, doações e contribuições dos familiares	Geração de renda	Mosaico com materiais recicláveis; 5 vezes semana com 50min duração	Formação na própria instituição; Cursando magistério.	Pesquisa na internet; coordenação pedagógica da instituição de orientação <i>Waldorf</i> ⁴
Entidade Filantrópica	Crianças entre 6 e 15 anos	Assistência na saúde, pedagógica, recreativa e cultural.	Parceria com poder público, doações e voluntariado.	Assistência	Crachás; arte terapia ⁵ . 2 vezes por semana por 45min até o fim da pesquisa	Publicidade; voluntária realizando pesquisa de pós graduação na instituição.	Referenciais da pesquisa.
Centro sociocultural pertencente a obra social religiosa	Crianças e jovens entre 6 e 15 anos	Aulas de reforço teatro, informática, música, recreação, oficinas de artes, assistência odontológica.	Doações e fomento de recursos do BDMG direcionados aos materiais	Desenho livre, pintura em madeira e em massa de modelar; contação de histórias.	Desenvolvimento da personalidade através da formação pessoal e profissional	Ex-aluna da instituição, ex-funcionária nos serviços gerais. Ensino Médio completo	Pesquisa em livros e internet; e sua própria criatividade.

QUADRO 2: Resumo dos dados coletados nas instituições visitadas.

⁴ Pedagogia Waldorf está enraizada na pesquisa do cientista austríaco e filósofo Rudolf Steiner (1861-1925). Segundo a filosofia antroposófica de Steiner, o homem é um ser triarticulação - tem corpo, alma e espírito - cujas capacidades se desdobram ao longo de três períodos de desenvolvimento na marcha para a vida adulta: a infância, a adolescência e a maturidade.

⁵ Embora o cuidado para não envolver a temática "arte terapia" no trabalho de investigação acerca da arte-educação, esta oficina foi citada em função de ter sido anunciada pela instituição como oficina de arte.

RESULTADOS E REFLEXÕES

Na maioria das instituições não governamentais visitadas deparou-se com educadores que, por gostarem de arte, ou por se destacarem em suas trajetórias como alunos da própria instituição, passaram a transmitir o fazer artístico para alunos da comunidade.

Não se pretende aqui descartar a hipótese de que um educador que aprende com o cotidiano da sala de aula e transmite aquilo que aprendeu com a vida não seja um bom educador, mas que a formação destes, de acordo com dados aqui apresentados, faz-se significativamente importante. Pois oferece ferramentas ao profissional para trabalhar com autonomia no seu campo, auxiliando-o no seu fazer e orientando-o quanto à organização de seus objetivos e a relação destes com suas propostas em sala. Entretanto, a formação acadêmica por si só não garante a qualidade, bem como uma ação plena do educador nestes espaços.

Carvalho (2008), através da experiência adquirida por meio de uma pesquisa acerca do ensino das Artes em ONG's, aponta que:

“[...] a habilitação acadêmica, por si só, não é suficiente para preparar o educador para realizar um trabalho de qualidade nesse campo de ensino. Em alguns casos, os profissionais com formação acadêmica trazem, para os espaços educacionais informais, vivência e atitudes próprias da escola formal que não adaptam a essa esfera pedagógica, dificultando a sua atuação. A realidade observada aponta para a necessidade de os cursos de licenciatura em Artes elaborarem currículos mais adequados à realidade do mercado de trabalho e que ofereçam conhecimentos e treinamentos que habilitem os alunos a atuar adequadamente em espaços especiais, e não apenas nas escolas regulares. Como foi mencionado, os cursos, de forma geral, não estão reconhecendo um campo de trabalho em franca expansão para o professor de artes”. (p.112)

Portanto, ressalta-se a importância da aquisição de experiências em ambas as situações, ou seja, o contato com a instituição de ensino formal e informal não é só importante para a formação do aluno da comunidade, mas também para o estudante universitário que irá atuar neste campo.

Considera-se a relevância da existência do estágio em instituição educacional não escolar num curso de Licenciatura em Artes Plásticas, pois ali o aluno tem a oportunidade de conhecer um campo diferente da escola para sua atuação, além de conhecer quem está sendo atendido por estes estabelecimentos e quais são as demandas apresentadas ao educador.

Talvez seja necessário, na formação acadêmica do educador de Arte, um período maior para que o mesmo possa discutir na universidade suas experiências adquiridas nos espaços não escolares; dividir saberes, sanar dúvidas, e encontrar possíveis soluções para suas dificuldades a fim de que

esta interlocução venha enriquecer os cursos de formação e possa trazer a realidade para o meio acadêmico, além de preparar o educador para o cotidiano deste campo.

Há que se considerar também a importância das oficinas e das disciplinas pedagógicas, oferecidas pelos centros universitários, no que se refere ao embasamento necessário para a montagem de aulas/oficinas em espaços que não são geridos por programas e currículos prévios como na escola.

Cabe ainda acrescentar que a formação acadêmica de licenciados em Educação Artística é relativamente recente e os primeiros cursos de licenciatura nesta área existiram na implantação da Lei 5.692/71 que determinou a existência da Educação Artística enquanto área curricular a ser ofertada aos alunos no ensino formal. Já a determinação da obrigatoriedade em relação à disciplina Artes ser assumida por um professor licenciado na área específica passou a vigorar na Lei 9394/96; aumentando, a partir de então, a oferta de cursos de licenciatura nesse segmento.

Maria Cristina Rosa (2005:22) destaca que os projetos pedagógicos para o curso de Licenciatura em Educação Artística, responsável pela preparação de professores de Arte, ainda estão em reforma. E este fato ocorre possivelmente pela desarticulação entre os sistemas de ensino e os cursos de licenciatura que preparam seus professores.

Desse modo, o estágio tem um papel importante na formação dos professores no contexto da educação em geral.

“Os docentes universitários, preparadores de futuros educadores do ensino fundamental e médio, não tem uma visão sequer razoável da realidade destes sistemas de ensino e não tem, em sua maioria, nenhuma vivência desse ensino, como professores. Isso contribui para aumentar a distância entre os estudantes de licenciatura e a realidade escolar que terão de enfrentar depois de formados. O estágio curricular é hoje, talvez, um dos únicos momentos de integração da licenciatura com a realidade dos sistemas escolares”. (ROSA, 2005:21)

Portanto, muitas vezes, o estágio em espaços não escolares significa o único momento do estudante de licenciatura em Arte se preparar para esse ofício. O que muitas vezes colabora para a persistência das dificuldades verificadas nos trabalhos desenvolvidos nesse âmbito.

Em alguns países, vem-se construindo um formato específico para a formação do educador social. Os autores Romans, Petrus e Trilla (2003:165-166) apresentam no livro “Profissão: Educador Social”, o processo de formação deste profissional (que atua em espaços não escolares) na Espanha. Essa diplomatura tem seus antecedentes na formação inicial não universitária cujas diferentes experiências aconteceram em diversos lugares do Estado espanhol. Não obstante, será a partir desta que se inicia uma educação generalista que permitirá que os educadores sociais atuem como tais, quer dizer, como profissionais em seu âmbito. Segundo os autores, ainda que se encontre

nesta educação uma formação de base, inicial, um tronco comum igual para todos eles, existe uma série de fatores como: a diversidade de tarefas encomendadas, os estilos pessoais de trabalhar, as motivações na auto realização e promoção profissional, as diferentes capacidades inatas e desenvolvidas, a empatia ou desinteresse por certos campos de trabalho ou setores de população, a direção de programas municipais ou estaduais, que reclamam como indispensável uma formação contínua que deve vir reforçar, ampliar e considerar aquelas especificidades que, por razão do serviço, o educador social necessita.

Parte-se de que a formação do educador não se basta somente com o diploma universitário, mas deriva ser um conjunto de experiências vividas pelo educador para além dos muros das cargas horárias e disciplinas universitárias. Os autores (ROMANS, PETRUS E TRILLA:2003) defendem que a universidade não deva acabar sua missão dedicando-se somente à preparação dos educadores sociais em sua formação inicial como se houvesse um começo e um fim que concluísse com a diplomação. Pensam e justificam que o ideal seria as universidades se envolverem em planos de formação continuada da seguinte forma:

“(...) orientando programas formativos, participando na elaboração de planos de formação, lecionando docência, facilitando intercâmbios de educadores com outras universidades do Estado e até internacionais, dirigindo pesquisas e apoiando estudos de campo de iniciativas sociais, orientando políticas de formação, abrindo espaços para pesquisa em novas formas e metodologias de intervenção. Porque o amplo campo do trabalho social é suscetível de receber contribuições que ajudem a orientar linhas de trabalho relacionadas com os diferentes âmbitos de intervenção do educador social, dos setores da população aos quais dirige sua atividade, os diferentes objetivos educativos a perseguir e, entre outras, as funções que lhes sejam conferidas e as capacidades que lhes atribuem ou que se desejaria que tivessem. Deparamo-nos, portanto, com uma complexa trama que precisa da pesquisa e da formação continuada, em que estão implicadas não só as instituições como também o próprio educador como agente social indiscutível” (p. 165-166).

Os autores comentam que falta clareza no papel do educador social. Ainda existe uma indefinição de suas funções, e que tal fato se deve a recém-estreia dessa prática como profissão. Não que suas responsabilidades práticas comecem agora, porque eram amparadas por instituições públicas e privadas, mas sua “profissionalidade” é entendida e socialmente aceita como tal nestes últimos tempos.

Afirmam ainda que essa existência precoce acarreta problemáticas que denunciam falta de clareza, de justificação de tarefas e de intervenções educativas, e de definição, que incidem diretamente no trabalho. Os que detêm responsabilidades neste campo também reconhecem uma falta de clareza no desenvolvimento das funções destes profissionais. E não que não se tenha escrito

sobre elas, mas as diferenças entre o papel e a realidade tornem inviável ou incompreensível a clareza do papel do educador nestes espaços.

Os autores ainda enumeram alguns problemas enfrentados pelos profissionais da educação social (ROMANS, PETRUS E TRILLA, 2003:135):

1. A indefinição do campo de trabalho e das diferentes versões sobre o conceito de “intervenção educativa”;
2. A superposição de tarefas com os outros profissionais;
3. A especialização, ainda não muito específica, de intervenções mais especializadas;
4. As tensões entre os “veteranos”, sem estudos universitários e com experiência de trabalho, e os universitários, com estudos e sem experiência nesse campo;
5. O desgaste psicológico, produto do trabalho e do contato direto com pessoas que sofrem problemas de inadaptação, de exclusão social, de perturbações;
6. As irregularidades nas contratações, tanto em níveis de retribuição econômica como de permanência nas instituições.
7. Os problemas de relação e coordenação entre instituições públicas e privadas, ou entre administrações locais e centrais;
8. A defesa do âmbito de trabalho frente a outros novos perfis, cuja atividade se orienta para o mesmo campo de ação;
9. A instabilidade dos postos de trabalho dependentes quase sempre dos recursos públicos que se destinam a este fim.
10. A fraca rentabilidade dos esforços realizados, quando os mesmos objetivos educativos provêm de administrações distintas e com orientações não coincidentes.

Talvez, a partir dessas reflexões, possamos pensar muitas das dificuldades dos Arte-educadores que atuam em espaços não escolares em Belo Horizonte, residentes nessa incerteza em relação a essa profissão. Isso pede ser ilustrado na nomeação dada a esses docentes. São chamados de educadores, oficinairos, monitores, mediadores, animadores culturais entre outros; e raramente são nomeados como professores.

A partir dessas contribuições, pode-se considerar que, no que se refere à formação acadêmica de professores de Arte, talvez se faça necessária a contemplação, também, das características dos trabalhos de Arte que permeiam o espaço educativo não formal ou não escolar. Sobretudo quando se é exigido um período de estágio em uma instituição desse campo educativo.

Mas quais seriam essas características? O que há de específico, nesses espaços, que poderia compor as discussões produzidas no âmbito da formação acadêmica do professor de Arte? Espera-se que, a partir dos resultados dessa pesquisa, apresentados nesse relatório, possam de certo modo contribuir para esse debate.

Foi levantado o panorama da cidade de Belo Horizonte, seguido de um trabalho de campo que visou conhecer alguns espaços não escolares que trabalham com o ensino de Arte; de modo a verificar as atividades desenvolvidas pelos professores e as contribuições de seu processo de formação na criação e execução dessas atividades.

Percebeu-se a minimização da permanência de espaços pouco estruturados e a ampliação de propostas cada vez mais organizadas institucionalmente. Isso talvez signifique a abertura de novo campo de trabalho a ser ocupado pelos arte-educadores oriundos das universidades, possibilitando, talvez, a ampliação da qualidade dos trabalhos desenvolvidos.

Apesar das dificuldades, percebe-se, no campo educativo não escolar, o amor pelo ofício, a curiosidade, a criatividade, a experimentação e, sobretudo a abertura e flexibilidade apresentadas pelos educadores na condução do ensino destes espaços. Estes têm sido recursos usados pelos mesmos, os quais têm gerado resultados positivos e que devem ser levados ao conhecimento dos futuros educadores pertencentes aos centros universitários.

Pode-se pensar, portanto, que talvez essa discussão deva adquirir maior destaque nas instituições acadêmicas, com intuito de fazer com que o estudante de Arte possa pensar a docência em outros modelos para além do escolar. Pois é notório que o que é ensinado nas universidades pode ser levado para o cotidiano desses espaços não escolares e vice-versa. E que tanto a atuação do educador nessas instituições quanto o aprendizado do ofício na faculdade são de grande relevância para o ensino aprendizagem de Arte.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, A. J. *Sociologia da Educação não-escolar: Reatualizar um objeto ou construir uma nova problemática*. Porto, Portugal: Aprontamento, 1992.
- BADIOU, A. *Para uma nova teoria do sujeito: conferências brasileiras*. Tradução de Emerson Xavier da Silva e Gilda Sodré. RJ: Relume-Dumará, 1994.
- CARVALHO, Livia Marques. *O ensino de artes em ONG's*. Editora Cortez. São Paulo, 2008.
- GOHN, Maria da Glória. *Educação Não Formal e o Educador Social: Atuação no Desenvolvimento de Projetos Sociais*. Editora Cortez, 2010. Coleções Questões da Nossa Época; Volume 1.
- GROTOWSKI, Jerzy. *Em busca de um teatro pobre*. RJ: Civilização Brasileira, 1992.
- LEI 5.692/71. Lei de Diretrizes de Bases da Educação Ncional, 11 de agosto de 1971.
- LEI 9394/96. Lei de Diretrizes de Bases da Educação Ncional, 20 de dezembro de 1996.
- NEVES, Libéria. *Arte-educação social: espaço de cognição e subjetividade*. BH: Anais do XV ENDIPE, 2010.
- NEVES, Libéria. *Pedagogia Social e Psicologia: diálogos possíveis na educação não formal*. BH: Revista Paideia, 2008.

ROMANS, Mercè; PETRUS, Antoni; TRILLA, Jaume. *Profissão: Educador Social*. Porto Alegre: Editora Artmed, 2003. Tradução- Ernani Rosa.

ROSA, Maria Cristina. *A Formação de Professores de Arte: Diversidade e Complexidade Pedagógica*. Editora Insular. Florianópolis, 2005.

ⁱ Psicóloga graduada pela Fundação Mineira de Educação e Cultura (1996), especialista em Psicologia Escolar e Educacional. Pós-Graduação lato sensu em Cultura Popular pelo Unicentro Newton Paiva (2002). Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (2006) no programa de Pós-graduação em Educação: conhecimento e inclusão social, na linha de pesquisa Sociedade, Cultura e Educação. Doutorado na mesma instituição e programa, linha de pesquisa Psicologia, Psicanálise e Educação. Docência em cursos de Licenciatura e Pedagogia. Atualmente professora da Escola Guignard/Universidade do Estado de Minas Gerais. Pesquisas nas áreas de Educação, Psicologia, Psicanálise e Teatro. Experiência na área de Educação, com ênfase em: inclusão social, educação especial, educação social, arte-educação social e teatro na educação. Membro pesquisador do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em Psicanálise e Educação, componente do Laboratório de Psicologia da Educação da Faculdade de Educação da UFMG. Membro da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-graduação em Artes Cênicas. Atriz profissional.

ⁱⁱ Bacharel em Artes Plásticas pela Universidade do Estado de Minas Gerais (2010) e Licenciada em Educação Artística pela Universidade do Estado de Minas Gerais (2012). Atualmente é professora da Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte. Tem experiência na área de Artes com ênfase em Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: arte educação, plasticidades populares, espaços não escolares, escultura e tecelagem. Fundadora e proprietária da empresa Emerenciana, especializada em produzir peças artesanais com o uso da técnica do crochê.

ⁱⁱⁱ Possui graduação pela Universidade do Estado de Minas Gerais (2010). Tem experiência na área de Artes Plásticas e Arte Educação, com ênfase em Artes Plásticas